



O Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo aprovou, no passado dia 11 de março, o Plano de Ação de 2021 para as duas Brigadas de Sapadores que estão ao serviço desta CIM.

Recorde-se que a CIM do Médio Tejo dispõe de duas Brigadas, com 29 sapadores ao serviço, que operam no território do Médio Tejo ao nível dos 13 municípios.

Entre as várias ações previstas para este ano, ao nível dos trabalhos de silvicultura, salienta-se o recurso dos trabalhos mecanizados, para além do uso dos equipamentos moto manuais.

Em 2021 são esperados, por brigada, cerca de 175 dias, dedicados aos trabalhos de silvicultura e 55 referentes à integração das brigadas no Dispositivo Operacional Nacional, durante o período crítico de incêndios.

Para a elaboração do Plano de Ação, agora aprovado, foi solicitado em novembro de 2020, aos Gabinetes Técnicos Florestais dos municípios o envio de uma proposta de serviço a executar pelas brigadas no seu território, num trabalho concertado entre a CIM e os seus 13 municípios.

Como também, o Plano de Ação foi remetido para aprovação do ICNF, tendo obtido o seu parecer favorável no passado dia 15 de fevereiro.

Desde dezembro de 2019, que o trabalho destas duas brigadas resulta de “uma boa

articulação e coesão” entre a CIM do Médio Tejo, o Executivo e os Gabinetes Técnicos Florestais dos municípios, afirma Miguel Pombeiro, secretário executivo, acrescentando que “tem sido um desafio muito enriquecedor e de grande importância para a CIM abraçar esta área da Proteção Civil”.

Para além de um trabalho muito centrado na prevenção e vigilância florestal, os sapadores atuam também no Dispositivo Operacional Nacional, durante o período crítico de incêndios, numa coordenação entre a CIM do Médio Tejo, o Coordenador de Prevenção Estrutural do ICNF e o Comandante Operacional Distrital de Santarém da ANEPC.

De salientar que as Brigadas de Sapadores da CIM do Médio Tejo são apoiadas através do Fundo Florestal Permanente e tem como objetivos principais: a execução de um trabalho na redução de combustível, na resiliência do território aos incêndios florestais e também, na vertente da vigilância e combate aos incêndios, reforçando a vigilância armada antes e pós-incendio.

